

por concurso público ou mediante contratação temporária para atender a excepcional interesse público, em suas fases interna (planejamento) e externa (execução), matéria que não foi objeto do julgamento do RE nº 848.826 pelo Supremo Tribunal Federal; e

(ii) Quanto ao mérito, pela PROCEDÊNCIA PARCIAL DA REPRESENTAÇÃO, reconhecendo a IRREGULARIDADE das contratações temporárias, diante da ausência de excepcional interesse público e demais consectários constitucionais e legais abordados, bem como pela efetivação de pagamento de contrato sem a devida nota de empenho, condenando o responsável, o Sr. Isaías de Medeiros Cabral, ao pagamento de multa de R\$ 5.632,35 (Cinco mil, seiscentos e trinta e dois reais e trinta e cinco centavos), nos termos do art. 107, inciso II, alínea "b", da Lei Complementar Estadual nº 464/12.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2023

ATA da Sessão Ordinária nº 00029/2023 de 15/08/2023

Presentes: a Excelentíssima Sra. Conselheira Presidente Maria Adélia Sales e os Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves e Carlos Thompson Costa Fernandes, e o Conselheiro Substituto Antonio Ed Souza Santana.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: O(A) Procurador(a) Carlos Roberto Galvão Barros.

CARLOS THOMPSON COSTA FERNANDES  
Conselheiro(a) Relator(a)

Luciana Coutinho de Andrade Oliveira  
Diretora Secretária Adjunta da Segunda Câmara

RelArquivoDiarioOficial.rpt

## DECISÕES MONOCRÁTICAS

Processo Nº: 101849 /2019 - TC ( 029572/2018-10 /2018 - NATALPREV)

Interessado: Paula Camilly de Oliveira,  
Assunto: PENSÃO POR MORTE  
Relator: Conselheiro TARCÍSIO COSTA

DECISÃO Nº 004834/2023 - TC

EMENTA: CONSTITUCIONAL.  
ADMINISTRATIVO. PREVIDENCIÁRIO.  
PENSÃO POR MORTE. CUMPRIMENTO DAS  
EXIGÊNCIAS LEGAIS. REGISTRO DO ATO DE  
PESSOAL E DA DESPESA DECORRENTE.  
INTELIGÊNCIA DO ART. 71, INCISO III, DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 53, INCISO  
III, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, ART. 1º,  
INCISO III C/C ART. 95, INCISO I, DA LEI  
COMPLEMENTAR Nº 464/2012.

DECIDE monocraticamente, de acordo com o art. 53 da Lei Complementar Estadual nº 464/2012, c/c o art. 189, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal (aprovado pela Resolução nº 009/2012-TCE), em consonância com a informação do Corpo Técnico e com o parecer do Ministério Público de Contas, julgar pelo registro do ato em tela, nos termos do artigo 71, inciso III, da Constituição Federal, artigo 53, inciso III, da Constituição

Estadual, e artigo 1º, inciso III, combinado com o artigo 95, todos da Lei Complementar nº 464/2012, bem como pela anotação da despesa por ele gerada. Após a publicação desta Decisão, determino o arquivamento deste feito.

Gabinete do Conselheiro, 22 de agosto de 2023

TARCÍSIO COSTA  
Conselheiro Relator

Alex Alfredo Meroni  
Assessor(a) de Gabinete

Processo Nº: 102910 /2023 - TC ( 03810033.002471/2021-34 /2021 - IPERN)  
Interessado: LUIZ CARLOS MENDES,  
Assunto: PENSÃO POR MORTE  
Relator: Conselheiro CARLOS THOMPSON COSTA FERNANDES

DECISÃO Nº 003583/2023 - TC

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO.  
ANÁLISE DE ATO DE PESSOAL.  
COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL PARA  
APRECIACÃO DE SUA LEGALIDADE. ARTIGO  
71, INCISO III, DA CF. LEGALIDADE E  
CONSEQUENTE REGISTRO DO ATO E DA  
DESPESA POR ELE GERADA.

DECIDE monocraticamente, de acordo com a Resolução nº 009/2012-TCE, de 19 de abril de 2012, e em consonância com a informação do Corpo Técnico bem como o parecer do Ministério Público que atua junto a esta Corte de Contas, julgar pelo registro do ato em tela, nos termos do artigo 71, inciso III, da Constituição Federal, artigo 53, inciso III, da Constituição Estadual, e artigo 1º, inciso III, combinado com o artigo 95, todos da Lei Complementar nº 464/2012, bem como pela anotação da despesa por ele gerada.

Após a publicação desta Decisão, determino o arquivamento deste feito.

Gabinete do Conselheiro, 22 de agosto de 2023

CARLOS THOMPSON COSTA FERNANDES  
Conselheiro Relator

Clara Fernandes Paiva Campos Rodrigues  
Assessor(a) de Gabinete

RelArquivoDiarioOficial.rpt

## DIRETORIA DE ATOS E EXECUÇÕES

EDITAL DE CITAÇÃO  
PRAZO: 15 (quinze) DIAS

Com base no que dispõem os artigos 45, §1º, III, e 46, §2º, da Lei Complementar Estadual nº 464/2012 (LOTCE), e artigos 220, III, e 221, §3º, da Resolução nº 009/2012-TCE (RITCE), por se encontrar(em) em lugar ignorado ou incerto, fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) citado(s) para no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da fluência do prazo de 15 dias da publicação deste edital, comprovar(em) o cumprimento das

determinações impostas na decisão transitada em julgado, nos termos do art. 117 da LOTCE. Havendo imputação de multa, o valor deverá ser recolhido à conta do FRAP/TCE - BANCO DO BRASIL S.A., devendo o boleto bancário ser impresso por meio do sítio do Tribunal de Contas ([www.tce.rn.gov.br/portalresponsavel](http://www.tce.rn.gov.br/portalresponsavel)). Em caso de ressarcimento ao erário, deverá ser comprovado o efetivo recolhimento aos cofres públicos do ente credor, mediante juntada aos autos do documento original respectivo. Não ocorrendo a comprovação do pagamento no prazo legal, será aplicado o disposto no art. 118 e incisos da LOTCE. Os autos do(s) processo(s), em sua integralidade, encontram-se à disposição para consulta através do sítio eletrônico desta Corte de Contas ([WWW.tce.rn.gov.br](http://WWW.tce.rn.gov.br)).

Processo nº: 007486/2019 -TC / Citação nº 001619/2023-DAE

Assunto: Apuração de responsabilidade - Portal da transparência 2019.

Interessado(a): Câmara Municipal de Canguaretama

Responsável(eis): Wilinhene Cristina da Silva

Relator(a): Conselheiro(a) Carlos Thompson Costa Fernandes

Natal/RN, 22 de agosto de 2023

**Adriana Cavalcanti Barreto de Paiva Dantas**

Diretora de Atos e Execuções

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO: 15 (quinze) DIAS

Com base no que dispõem os artigos 45, §1º, III, e 46, §2º, da Lei Complementar Estadual nº 464/2012 (LOTCE), e artigos 220, III, e 221, §3º, da Resolução nº 009/2012-TCE (RITCE), por se encontrar(em) em lugar ignorado ou incerto, fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) intimados(s) para, querendo, interpor o recurso cabível, no prazo legal, a contar da fluência do prazo de 15 dias da publicação deste edital, observando-se o disposto no art. 356 e seguintes do RITCE. Os autos do(s) processo(s), em sua integralidade, encontram-se à disposição para consulta através do sítio eletrônico desta Corte de Contas ([WWW.tce.rn.gov.br](http://WWW.tce.rn.gov.br)).

Processo nº 003385/2020 -TC / Intimação nº 001703/2023-DAE

Assunto: Apuração de responsabilidade referente ao processo 013688/2016(Contas do chefe do poder executivo de Triunfo Potiguar de 2015).

Interessado(a): Prefeitura Municipal de Triunfo Potiguar

Responsável(eis): José Gildenor da Fonseca

Relator(a): Conselheiro(a) Ana Paula de Oliveira Gomes

Natal/RN, 22 de agosto de 2023

**Adriana Cavalcanti Barreto de Paiva Dantas**

Diretora de Atos e Execuções